

Pessimismo sem motivo

João Paulo de Almeida

Magalhães *

O Brasil terá ou não uma hiperinflação nos próximos meses. A experiência internacional demonstra que se ela vier os sacrifícios serão muito grandes, porém, temporários. O risco é de que se consolide no país um pessimismo cujo resultado será bloquear nossas possibilidades de desenvolvimento futuro que são, sem dúvida possível, altamente favoráveis. O Brasil dispõe do oitavo mercado interno do mundo, do terceiro mais elevado superávit comercial, de um setor industrial solidamente implantado e de abundância de recursos naturais. Ou seja, somos o país do Terceiro Mundo com mais sólidas condições para ascender ao pleno desenvolvimento.

A crise presente não é, portanto, de caráter estrutural (ou seja, de raízes profundas), mas decorre de uma fase crítica da economia internacional que lideranças débeis e mal orientadas não souberam enfrentar com a coragem e decisão necessárias. Recapitulemos.

Durante todo o período posterior à Segunda Guerra Mundial e até 1980, nosso PIB se expandiu à média anual de 7%. Em 1974, nós, como todo mundo, fomos vitimados pela grande chantagem do petróleo que uniu países produtores, que extorquiam preços absurdos pelo combustível, e banqueiros internacionais que se encarregavam de aplicar o dinheiro mal ganho. O governo brasileiro reagiu, tomando empréstimos para comprar petróleo e lançar-se num extenso programa de substituição de importações. Com isso, conseguimos manter um incremento do PIB de cerca de 7% a.a. até 1980 e obter, nos anos seguintes, superávits comerciais que, no ano passado, chegaram a 19 bilhões de dólares. Diferentemente, portanto, de todos os países do Terceiro Mundo altamente endividados, dispomos hoje do necessário para atender aos juros da dívida, o que comprova a excepcional vitalidade de nossa economia. O problema está apenas em que os dólares excedentes pertencem aos exportadores e a dívida externa é do governo. Para adquirir a moeda estrangeira, destinada a atender seus compromissos, este se vê forçado a lançar mão de recursos normalmente destinados a investimentos públicos, além de emitir grande quantidade de moeda e quase-moeda (títulos da dívida pública de liquidez imediata). No rolário desse comportamento se acha a essência do nosso problema presente: investimentos insuficientes e uma inflação fora de controle.

Por que chegamos a essa situação? Muito simples: os choques do petróleo de 1974 e 1979-80 representaram sério abalo para a economia mundial e exigiram de todos os países importantes sacrifícios. O governo brasileiro, ao tomar empréstimos para adquirir petróleo e lançar seu programa de substituição de importações, evitou sacrifícios imediatos, esquecendo-se, contudo, de que estes deveriam ser feitos quando fosse necessário pagar juros e devolver o que havíamos recebido. As poupanças suplementares obtidas em função dos maiores empréstimos externos não foram utilizadas para elevar investimentos, mas para reduzir as poupanças internas, sobretudo do setor público. Como era fácil para as empresas estatais obter dinheiro no exterior para investimentos, as tarifas de serviços públicos foram contidas como forma de aliviar a pressão inflacionária.

Após o segundo choque do petróleo de 1980 e da crise financeira do México em 1982, os recursos externos se tornam mais difíceis. Em vez, contudo, de se lançar nos sacrifícios por tanto tempo adiados, o governo preferiu adotar as políticas recessivas do FMI na vã esperança que nosso bom comportamento e o conseqüente aval daquela instituição permitissem reconstituir a entrada de recursos externos.

Em suma, um exame frio e objetivo não permite detectar qualquer causa estrutural na crise econômica brasileira pós-1980. Tivemos apenas um misto de políticas erradas e a relutância em adotar a amarga medicação necessária. Esperemos que a hiperinflação não seja o preço a pagar por esse longo período de incompetência e irresponsabilidade. O certo, porém, é que de uma perspectiva mais ampla não temos qualquer problema que não possa ser resolvido por uma liderança consciente e corajosa do tipo que, segundo se espera, será implantada no país em 1990.

* Professor titular de Economia da UFRJ